

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA Website: www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA

Décima-Primeira Sessão Ordinária

30 de Junho a 1 de Julho de 2008

Sharm-El-Sheikh – EGIPTO

Assembly/AU/10 (XI)

QUESTÕES ESSENCIAIS PARA A CIMEIRA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE ÁGUA E SANEAMENTO

**QUESTÕES ESSENCIAIS PARA A CIMEIRA
DA UNIÃO AFRICANA SOBRE ÁGUA E SANEAMENTO**

I. CONTEXTO GERAL

1. A Visão Africana sobre a Água em 2025 foi adoptada pelas Partes Interessadas Africanas no Fórum Mundial sobre a Água em 2000, aprovada pela Conferência Pan-Africana sobre Água e Saneamento e apresentada à Cimeira Extraordinária de 2004 dos Chefes de Estado Africanos sobre Agricultura e Água. Ela proporciona **“uma visão de uma África onde existe uma utilização e gestão justa e sustentável dos recursos hídricos para a redução da pobreza, desenvolvimento socioeconómico, cooperação regional e o ambiente”**. Um Quadro de Acção (FFA) para alcançar os objectivos da Visão foi elaborado com o principal compromisso de satisfazer as necessidades urgentes da água e de reforçar a base de investimento para a água desejada no futuro. A Visão realça a necessidade de um investimento mínimo de 20 biliões de dólares (USD) por ano para satisfazer as necessidades básicas em termos de abastecimento da água, saneamento, alimentação, energia e outros usos económicos, sociais e ambientais (acesso de 75% e 70% para a melhoria do abastecimento de água e saneamento respectivamente até 2015, e 95% para o acesso tanto para a melhoria do abastecimento da água como do saneamento até 2025; aumento de 100% na área irrigada até 2025; 25% de potencial de energia hidroeléctrica desenvolvido até 2025).

2. A parte dos recursos globais de água doce da África é de aproximadamente nove por cento (9%) ou 3 930 km³/ano. Actualmente apenas 5,5 por cento dos recursos hídricos no continente é desenvolvido para o abastecimento da água, indústria, irrigação e energia hidroeléctrica (Estudo FAO AQUASTAT, de 2005). A produção agrícola e a produção de energia não acompanharam o crescimento da população na Região: apenas cerca de 6% da área cultivada é irrigada (ver Anexo I) enquanto apenas cerca de 3% do potencial da energia hidroeléctrica é desenvolvido.

3. Mais de 60 bacias hidrográficas transfronteiriças (Anexo II) dominam a paisagem africana, mas a fraca cooperação regional limitou os benefícios em relação ao continente e reduziu a eficácia da gestão da água necessária para o desenvolvimento. Garantir a segurança da água será o maior desafio nas próximas décadas em virtude da iminente **situação de penúria e escassez constituída pela variação hidro-meteorológica e impacto de alterações climáticas. Em África cerca de 1,2 biliões de pessoas em 28 países enfrentarão** a penúria da água, i.e situações de disponibilidade de recursos anuais inferior a 1700 m³ por pessoa (540 milhões de pessoas em 13 países) ou escassez de água, i.e disponibilidade de recursos anuais inferior a 1000 m³ por pessoa (580 milhões de pessoas em 15 países) até 2025 (ver Anexo III).

4. Um compromisso político histórico e de alto nível para alcançar as metas essenciais de desenvolvimento foi feito por 189 Chefes de Estado na Cimeira do Milénio das Nações Unidas em Nova York, em Setembro de 2000. Na Cimeira adoptaram os novos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) a ser realizados até 2025 sobre oito questões

prioritárias, nomeadamente a pobreza, fome, ensino primário universal, igualdade do género, mortalidade infantil, mortalidade materna, principais doenças, sustentabilidade ambiental (incluindo água e saneamento). A comunidade internacional comprometeu-se a "reduzir para metade até 2015 a proporção de pessoas que não podem obter ou ter acesso permanente a água potável " e a obter o resto até 2025. Dois anos mais tarde na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável comprometeram-se ainda a reduzir para metade até 2015 a proporção das pessoas que não têm acesso ao saneamento básico.

5. O recente Relatório de Seguimento Mundial¹ pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu que nos quase oito anos desde a Cimeira do Milénio de 2000, o mundo não registou os progressos necessários para a realização das principais metas dos ODMs até 2015 e com base nas actuais tendências a África pode não atingir as metas dos ODMs.

6. O mais recente relatório do Programa de Seguimento Conjunto da OMS/UNICEF conclui que em 9 dos 53 países africanos menos de 50% da população utiliza infra-estruturas de saneamento inadequadas, enquanto que apenas 26 países estão bem encaminhados na realização da meta de água potável e 341 milhões de pessoas dependem de fontes de água potável não melhoradas (ver Anexo IV). É imperativo que a África e seus parceiros de desenvolvimento cumpram os seus compromissos para que os ODMs sobre as metas de Abastecimento de Água e Saneamento sejam atingidos.

7. É bastante preocupante o fosso cada vez maior entre as taxas de execução de serviços e as metas dos ODMs de 2015 para a água e saneamento em cidades que em breve abrigarão a maioria da população africana. A declaração de eThikweni, adoptada na Conferência AfricaSan sobre Saneamento e Higiene realizada na África do Sul em Fevereiro de 2008, no quadro da observância africana do Ano Internacional do Saneamento, apresenta uma avaliação pouco encorajadora da situação do saneamento em África:

- (a) 589 milhões de pessoas, mais de 60% da população da Africa actualmente não têm acesso ao saneamento adequado;
- (b) Cerca de 1 milhão de africanos morrem todos os anos de doenças ligadas ao saneamento, higiene e água potável
- (c) A conjugação dos custos humanos, sociais, da saúde, do ambiente e infraestruturais de saneamento inadequado constitui um grande fardo na economia da África, e o investimento no saneamento tem impacto positivo nas metas de desenvolvimento afins.

8. A falta de água limpa e de saneamento básico para tantas pessoas já pobres tem efeitos significativos adversos no crescimento e desenvolvimento económico, incluindo a perda de tempo necessário para procurar a água e a perda de produtividade e de vidas, mais os custos crescentes da saúde devido às enfermidades e doenças ligadas à água. Porém, os custos de tempo, energia e saúde poupados pela melhoria da água e do

¹ GMR, 2008, Relatório de Seguimento Global: ODMs e o Ambiente – Programa para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, Washington: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

saneamento podem no entanto ser investidos nas actividades económicas produtivas para a aceleração do desenvolvimento local e nacional.

9. Na Cimeira da UA realizada em Janeiro de 2008 em Adis Abeba, Etiópia, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram "Água e Saneamento" como o tema da sua Cimeira de Julho de 2008 em Sharm El-Sheikh, Egipto. Embora o foco principal da Cimeira seja a realização dos objectivos de água e saneamento em Africa, proporciona igualmente uma importante oportunidade para os Chefes de Estado Africanos reflectirem sobre outros problemas essenciais relacionados com a gestão da água e segurança.

10. 2008 foi declarado o "Ano de Realização dos ODMs". Para a Africa, esta Cimeira de Chefes de Estado e de Governo é um evento fundamental para a conversão de declarações e compromissos anteriores em novos planos de acção nacionais e regionais de 7 anos e estratégias de implementação e resolução de problemas de segurança de longo prazo.

II. DESAFIOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA AFRICA

Objectivos e Prioridades de Água e Saneamento em Africa

11. Durante as últimas três décadas em África, os planos de gestão dos recursos hídricos nacionais e regionais concentraram-se em nove desafios de políticas relacionadas com a água e necessidades essenciais. O abastecimento da água e saneamento figura entre os nove principais desafios identificados que o sector enfrenta. Contudo, a deficiência de saneamento não mereceu a atenção especial à medida da magnitude do problema de saneamento.

12. Na Conferência Pan-Africana de 2003 de Implementação e Parceria sobre a Água, em que participaram Ministros de todo o continente responsáveis pela água, foram identificados os seguintes objectivos e prioridades de gestão de recursos hídricos para a África para pelo menos a próxima década:²

(a) Realização de necessidades básicas: O acesso permanente à água e saneamento são necessidades humanas básicas que são essenciais para a saúde e o bem-estar das famílias, comunidades e países.

(b) Provisão da água para a segurança alimentar: A segurança alimentar adequada é também uma necessidade humana básica e direito que depende da disponibilidade de água adequada e limpa.

(c) Protecção de ecossistemas e meios de vida: O desenvolvimento que prejudica e destrói os ecossistemas de água doce e meios de vida não é sustentável e não deve ser chamado desenvolvimento.

(d) Gestão de riscos: Muitas doenças e mortes podem ser evitadas e prejuízos económicos são causados pelas inundações, secas, poluição e outras calamidades relacionadas com a água.

(e) Financiamento de serviços da água: Mecanismos financeiros inovadores são necessários para a realização das novas metas de água e saneamento e programas integrados de gestão da água.

² UNEP, 2003, Desafios e Prioridades de Políticas sobre a Água em Africa, Relatório para a Conferência Pan-Africana de Implementação e Parceria sobre a Água realizada em Adis Abeba, Etiópia, em 8-12 de Dezembro, 2003, Nairobi: Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

- (f) Integração de gestão de recursos hídricos/partilha de recursos hídricos: Os recursos hídricos compartilhados pelas comunidades e países devem ser conjuntamente geridos numa base equitativa e sustentável.
- (g) Avaliação e distribuição da água: A avaliação e a distribuição da água devem reflectir os seus valores económicos, sociais e ambientais em todos os usos e dar prioridade às necessidades básicas dos pobres.
- (h) Garantia de informação sobre a água: As políticas e a gestão dos recursos hídricos dependem da sua eficiência na informação correcta e adequada que é disponibilizada aos agentes de decisão.
- (i) Gestão criteriosa da água: As políticas sobre a água dependem também da sua eficiência no envolvimento de todos os principais intervenientes na planificação, tomada de decisão e implementação.

Acções Necessárias para Realizar os Desafios

13. Dos objectivos e prioridades acima referidos as principais acções para a realização dos desafios são:

- (a) Triplicar o acesso à água e quadruplicar a melhoria do saneamento: a África ainda tem cobertura proporcional inaceitavelmente baixa para água e saneamento. Considerando a projecção dos aumentos na população e no crescimento económico, a realização das metas de 2015 exigirá a triplicação das taxas iniciais em que as pessoas obtinham o acesso à água nos anos 90 e a quadruplicação das taxas para a melhoria do saneamento.
- (b) Resolver a deficiência do saneamento dos pobres nos meios urbanos: Em muitas cidades a proporção de pessoas com o saneamento que é "seguro e conveniente" é muito inferior à proporção das que têm o saneamento "melhorado". Em muitas cidades grandes, menos de 10 por cento dos seus habitantes têm ligações de esgoto.
- (c) Reduzir as doenças e mortes originadas pelas enchentes: Em relação às crianças as taxas e os riscos das doenças diarreicas ligadas à falta de água, saneamento e higiene são 240 vezes mais elevadas do que nas nações de elevado rendimento. De aproximadamente 1 milhão de mortes anuais causadas pela malária e mais de 250 milhões de pessoas infectadas em todo o mundo pela esquistossomíase, mais de 80% se encontram em África.
- (d) Prevenir a poluição da água das cidades: Poucas cidades em África têm rios que correm através ou perto delas que não estejam altamente poluídos. Os lagos, estuários e mares nas proximidades também estão poluídos.
- (e) Promover a agricultura de sequeiro, melhorar e expandir a agricultura de regadio com vista a reduzir a insegurança alimentar: Duplicar a área irrigada e intensificar a agricultura de sequeiro para satisfazer as necessidades da segurança alimentar do continente.
- (f) Duplicar a produção e serviços da energia hidroeléctrica: Existe potencial para sistemas hidroeléctricos grandes, pequenos e micro em Africa para satisfazer as

necessidades de desenvolvimento de energia e de apoio às casas rurais, onde as condições topográficas e hidrológicas são favoráveis.

- (g) Reduzir os custos das catástrofes relacionadas com a água: Desde os meados dos anos 90 a África foi atingida por mais de um terço das catástrofes relacionadas com a água que ocorreram em todo o mundo. Os prejuízos económicos, quase sempre não cobertos pelo seguro, têm tido impactos significativos adversos nas economias nacionais, nas estratégias de desenvolvimento e nas famílias. Há necessidade de uma mudança reactiva “para antecipar e prevenir”, e de estratégias para a redução dos riscos.
- (h) Partilhar a água de forma equitativa entre os vários sectores e países: A maior parte da África é dominada pela partilha de grandes extensões de água e sistemas de água subterrânea internacionais. Ao contrário dos outros continentes, os rios internacionais em África são muitas vezes partilhados e até mesmo por dez países.

III: LIGAÇÕES DE AGUA E SANEAMENTO COM OUTROS ODMs

14. As metas do ODM para água e saneamento são também de particular importância porque são essenciais para a realização de muitos dos outros ODMs. Por exemplo, a falta de água limpa e de saneamento básico são as principais causas de mortalidade infantil (ODM 5) e principais factores de risco para a saúde materna (ODM 6). Através do seu efeito na malnutrição (ODM 2), as infecções ligadas à água causam prejuízos anuais no desempenho da educação (ODM 3) que no Gana são equivalentes a 4,9% do PIB. Globalmente, o fardo económico da água e de outros riscos da saúde ambiental são avaliados em 1,5 a 4% do PIB. O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2006 estimou que a África perde aproximadamente 5% do PIB, ou cerca de 28,4 biliões de dólares (USD) anualmente de investimento inadequado em água e saneamento. A água e outros factores de risco ambientais representam 80% de doenças em todo o mundo (ODM 7), incluindo malária, diarreia e infecções respiratórias. Hoje só a malária mata uma criança em cada 30 segundos. A falta de água limpa e saneamento básico é também responsável por 90% de casos de diarreia que contribui para mais 1,8 milhões de mortes anualmente.³

15. A água é particularmente essencial para a redução da pobreza (ODM 1) e desenvolvimento e crescimento económico sustentável a níveis local e global. A pobreza já não é avaliada em termos exclusivamente económicos como a falta de rendimentos ou como o baixo PIB per capita. Há uma década o PNUD introduziu o inovador Índice de Pobreza Humana que reconheceu a pobreza em relação a rendimentos, mas também e de forma mais realista considerou a pobreza em termos de cinco outros indicadores principais: alfabetização, esperança de vida, disponibilidade de serviços de saúde, a proporção de crianças de peso inferior ao normal com menos de cinco anos de idade e *acesso à água permanente*.

16. O crescimento económico realça sem dúvida as maiores e muitas vezes insustentáveis necessidades de recursos hídricos, especialmente para a expansão da agricultura de regadio e indústrias. Além disso, não se pode atingir o crescimento económico sem água adequada. Porém em muitos países em desenvolvimento o

³ Todos os indicadores citados são também do recente Relatório de Seguimento Global do Banco Mundial-FMI.

crescimento económico não é também sustentável sem novas políticas de gestão de recursos hídricos para uma utilização mais eficiente, eficaz e equitativa da água disponível nos seus países ou partilhada pelos seus países.

IV. RESPOSTAS, INICIATIVAS E PARCERIAS DA ÁFRICA

17. Desde a Cimeira do Milénio em 2000 e a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, esforços renovados foram feitos para realçar e integrar as crises e os desafios da água na agenda nacional e regional para o desenvolvimento económico e social sustentável com especial atenção e prioridade para as metas definidas para a água adequada e saneamento básico.

18. Na reunião dos Ministros Africanos responsáveis pela Água realizada em Abuja, Nigéria em Abril de 2002: a) uma "Declaração Ministerial de Abuja sobre a Água: Uma Solução para o Desenvolvimento Sustentável em África" foi adoptada; b) preocupações e acções prioritárias necessárias para a utilização equitativa e sustentável dos recursos hídricos em África foram apresentadas; c) o Conselho dos Ministros Africanos sobre a Água (AMCOW) foi instituído com o objectivo prioritário de "reforçar a cooperação intergovernamental com vista a travar e a reverter a crise da água e os problemas de saneamento em África". Desde então e principalmente durante os últimos anos AMCOW com os parceiros e outras partes interessadas organizaram grandes fóruns de diálogo sobre questões africanas ligadas à água e lançamento de iniciativas entre eles:

- 2002 - Água e Desenvolvimento Sustentável em África: Conferência Regional das Partes Interessadas para Definição de Prioridades, em Acra, recomendou a criação do Fundo Africano para a Água e o estabelecimento de novas e racionalização e reforço das Organizações das Bacias Hidrográficas existentes.
- 2003 - Conferência Pan-Africana de Implementação e Parceria sobre a Água (PANAFCON), realizada em Adis Abeba, Etiópia, onde foi alcançado um consenso sobre as acções prioritárias africanas sobre a água.
- 2004 – Declaração de Sirte sobre os Desafios da Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável em Agricultura e Água em África, adoptada pela 2ª Sessão Extraordinária da Conferência da União Africana realizada em Sirte, Líbia.
- 2004 – A Semana da Água do Banco Africano de Desenvolvimento congregou os principais intervenientes e lançou a Iniciativa sobre o Abastecimento da Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais. ~
- 2005 – Conferência Internacional relativa à Iniciativa sobre o Abastecimento da Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais realizada em Paris, onde foi adoptado o Quadro para a realização da meta dos ODMs na África rural e os Doadores e os Governos Africanos fizeram compromissos para o aumento do financiamento destinado ao abastecimento da água e saneamento nas zonas rurais.
- A Africa tem mais de uma dúzia de Organizações de Bacias Hidrográficas e de Lagos (RLBOs). A Conferência de 2006 de RLBOs Africanas em Kampala, Uganda, que

apelou para o reforço das RLBOs e a criação de novas organizações onde não existem. AMCOW desde então formalizou as suas relações com as RLBOs através do Bureau da Rede Africana de Organizações das Bacias Hidrográficas (ANBO).

- 2006 – Declaração Conjunta sobre Água e Saneamento entre as Partes Interessadas Africanas conduzida por AMCOW e o Conselho Consultivo do Secretário Geral das NU sobre Água e Saneamento (UNSGAB) em Tunes, que originou a realização da Cimeira da UA sobre Água e Saneamento.
- 2008 – Declaração de eThekwini na Conferência AfricaSan sobre Saneamento e Higiene em Durban, África do Sul, onde foram recomendados planos de acção nacionais específicos.
- 2008 – Declaração Ministerial e resultados da primeira Semana Africana da Água em Tunes em 26 -28 de Março de 2008 sobre a Aceleração da Segurança da Água para o Desenvolvimento Socio-Económico da África, em que foram elaboradas recomendações concretas sobre a construção de infra-estruturas para os recursos hídricos.
- Além disso, AMCOW reforçou a sua colaboração com os parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil, o que resultou na formalização das suas relações com a Rede Africana das Organizações da Sociedade Civil sobre Água e Saneamento (ANEW). Um diálogo sobre a Mobilização de Acção Concertada sobre a Agenda da Água da África foi organizado em Berlim em colaboração com o Ministério Alemão de Cooperação para o Desenvolvimento.

19. Foram promovidas as principais iniciativas e acções que estão a ser implementadas a nível nacional e regional. Algumas dessas iniciativas são a seguir realçadas:

- ***A Iniciativa sobre Abastecimento de Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais (RWSSI)*** do Banco Africano de Desenvolvimento visa acelerar o acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais da África com vista a atingir a cobertura de 80% para um investimento previsto de 14,2 biliões de dólares (USD).
- ***O Fundo Africano para a Água (AWF)*** é um instrumento concebido para facilitar a disponibilidade de recursos financeiros para a construção de institutos e reforço de capacidade de gestão dos recursos hídricos com vista a realizar as metas e os objectivos da Visão Africana sobre a Água em 2025 e dos ODMs.
- ***A Rede Africana das Organizações das Bacias Hidrográficas (ANBO)*** com o objectivo de promover a gestão integrada dos recursos hídricos a nível das bacias hidrográficas como um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável.
- ***A Rede Africana das Organizações da Sociedade Civil (ANEW)*** que foi formalmente reconhecida por AMCOW, visa promover o diálogo, conhecimento e cooperação sobre questões relacionadas com a água na região, e facilitar e apoiar a participação da sociedade civil africana na formulação de políticas sobre a água e a implementação de planos de desenvolvimento no sector africano da água.

- **Plano de Acção de G8 para a África e Gestão da Água Transfronteiriça** centra-se na intensificação da cooperação entre as organizações das bacias hidrográficas e reforço da capacidade de gestão transfronteiriça da água em África.
- **Iniciativa da União Europeia para a Água (EUWI)** destina-se a ajudar os países a atingir as metas de água e saneamento através do apoio a infra-estruturas sustentáveis de abastecimento de água e saneamento e a melhorar a gestão da água nos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) até a quantia de 500 milhões de Euros (€).
- **Consórcio de Infra-estruturas para a África (ICA)** com o objectivo primordial de criar uma parceria estratégica entre os doadores para facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas a favor do crescimento económico e redução da pobreza nas áreas de água e saneamento, energia, transporte, telecomunicações e infra-estrutura urbana.
- **Programa de Água e Saneamento (WSP)** do Banco Mundial centrado no desenvolvimento de políticas, procura de soluções inovadoras, promoção das melhores práticas e desenvolvimento de capacidades para o acesso a serviços adequados.
- **Programa de Água e Saneamento para as Cidades Africanas** de UN-HABITAT com o objectivo de criar um ambiente favorável e reforço de capacidades para o investimento a favor dos pobres nos sectores de água e saneamento nas áreas urbanas.
- **Relatório de Desenvolvimento da Água da África, o Boletim Africano da Água e o Centro Africano de Informação sobre a Água** que apresenta um quadro para a divulgação de informação sobre os desafios de água e saneamento da África.
- **Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP)** trata de questões de crescimento do sector agrícola, desenvolvimento rural e segurança alimentar através da promoção de investimento para o aumento da área em irrigação até 20 milhões de hectares em 2015 e melhoria da eficiência da agricultura de sequeiro.
- **Desenvolvimento de Estratégias para a Redução dos Riscos de Catástrofes na Região** visa incorporar a redução dos riscos de catástrofes nas políticas e actividades ligadas ao desenvolvimento e procura a integração de DRR nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais.

20. Desde o seu início em 2002, AMCOW tem trabalhado em estreita colaboração com a Comissão da União Africana (CUA) e desempenhado um papel importante na execução da agenda da UA/ NEPAD no sector da água. Assim, tem correspondido às expectativas como o suposto Comité Técnico Especializado da UA de acordo com a Declaração de Sirte sobre Agricultura e Água em África.

AfricaSan 2008 – A Declaração de eThekwini

21. Os Ministros e os chefes de delegações responsáveis pelo saneamento e higiene de 32 países africanos e outras partes interessadas, participaram na Conferência de AfricaSan 2008 em Durban, África do Sul, em 18-20 de Fevereiro. A Conferência, que foi convocada sob os auspícios de AMCOW, adoptou a Declaração de eThekweni. A declaração exorta os Chefes de Estado e de Governo da África a:

- Elevar o perfil de saneamento e higiene no continente;
- Apoiar a direcção de AMCOW no seguimento da implementação da Declaração de eThekweni e na elaboração de um relatório detalhado sobre os progressos em meados de 2010, altura em que AMCOW acolherá provisoriamente um evento de seguimento de AfricaSan;
- Estabelecer, avaliar, actualizar e adoptar políticas nacionais de saneamento e higiene; e desenvolver um plano nacional para a aceleração dos progressos com vista a realizar os objectivos nacionais de saneamento e os ODMs até 2015, e tomar as medidas necessárias para garantir que os programas nacionais de saneamento estejam em conformidade com a consecução desses objectivos;
- Aumentar o perfil de saneamento e higiene nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza e outros processos relevantes relacionados com a estratégia;
- Garantir que uma principal instituição responsável assuma a liderança da pasta nacional de saneamento e criar um órgão de coordenação com a responsabilidade específica de saneamento e higiene, envolvendo todas as partes interessadas.
- Estabelecer verbas específicas no orçamento do sector público para os programas de saneamento e higiene.
- Afectar um mínimo de 0,5 % do PIB para o saneamento e higiene.
- Encorajar a mudança de comportamento para a melhoria de saneamento e higiene.
- Desenvolver e implementar sistemas e instrumentos de informação e de supervisão para o seguimento dos progressos a níveis local e nacional.
- Envolver mulheres e jovens em todos os aspectos de tomada de decisão relacionados com saneamento e higiene.
- Desenvolver e reforçar capacidades para a implementação de saneamento e higiene, incluindo investigação e desenvolvimento, e apoiar a troca de conhecimentos e desenvolvimento de parcerias.
- Conceder atenção especial aos países e áreas que saem de situações de conflitos ou de catástrofes naturais.
- Solicitar a Comissão da União Africana, parceiros de desenvolvimento e instituições financeiras a apoiar, segundo as necessidades, a implementação de actividades ligadas ao saneamento e higiene no continente.

Primeira Semana Africana da Água

22. O Conselho dos Ministros Africanos sobre a Água na sua 6ª sessão em Brazzaville, República do Congo (Maio de 2007) decidiu institucionalizar uma Semana Africana da Água anual. A primeira Semana Africana da Água, convocada por AMCOW, foi acolhida pelo Banco Africano de Desenvolvimento em colaboração com o Governo da Tunísia, em Março de 2008, em Tunes, Tunísia. Foi organizada em estreita colaboração com as Organizações Africanas da Sociedade Civil, rede de Organizações de Bacias Hidrográficas Africanas, Grupo Água-Africa das Nações Unidas, Parcerias Regionais e Internacionais sobre a Água e Parceiros de Cooperação para o Desenvolvimento. A semana atraiu mais de 500 participantes incluindo 26 Ministros Africanos responsáveis pela Água, bem como outros representantes de governo e de organizações para-estatais africanos, instituições bilaterais e multilaterais, sector privado, sociedade civil e académicos.

23. O principal resultado da Primeira Semana Africana da Água foi uma Declaração Ministerial que recolheu as recomendações accionáveis das deliberações da Conferência. A declaração abordou questões para consideração da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA, da Cimeira do G8 em Julho de 2008 no Japão e do 5º Fórum Mundial sobre a Água a ser realizado em Março de 2009 em Istambul, Turquia. As mensagens essenciais na Declaração Ministerial incluíram a necessidade de:

- Formalizar o estatuto de AMCOW como um Comité Técnico Especializado da União Africana;
- Fazer com que o Fundo Africano para a Água e a Iniciativa sobre Abastecimento de Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais se tornem pontos constantes da agenda nas suas deliberações e diálogo com parceiros internacionais;
- Desenvolver planos e estratégias nacionais para a realização da segurança da água;
- Apresentar aos parceiros de desenvolvimento um plano de investimento do ODM sobre Água e Saneamento;
- Intensificar as parcerias publico-privadas no sector de água e saneamento;
- Encorajar os países membros a desenvolver urgentemente estratégias para adaptação às alterações climáticas e integrar o desenvolvimento de recursos hídricos nessas estratégias;
- Aprovar e implementar a Declaração de eThekweni sobre Saneamento e suas respectivas acções;
- Priorizar e aumentar a afectação de recursos nos orçamentos nacionais para que os planos nacionais possam atingir as metas de ODM para água e saneamento em 2015.

24. Como uma contribuição para "o processo preparatório da Cimeira Africana dos Chefes de Estado e de Governo de Julho de 2008 que será dedicada à água e saneamento", os participantes na primeira Semana Africana da Água identificaram as principais questões e apresentaram recomendações para execução nas dez áreas temáticas seguintes de acordo com os Resultados e Declaração Ministerial de Tunes sobre: "*Aceleração da Segurança da Água para o Desenvolvimento Socio-económico da África*".

Principais Resultados da 1ª Semana Africana da Água

- **Plataforma de Infra-estruturas para a Realização da Segurança da Água:** Sérios compromissos para a redução da pobreza já não podem ser associados à perpetuação da fraca base de infra-estruturas para fazer face aos problemas da água de tão elevada variabilidade natural. A realização da segurança da água transcende as questões de gestão integrada de recursos hídricos, o estabelecimento de uma ligação clara entre água e agricultura, a promoção de parcerias transfronteiriças para partilhar benefícios, e a acumulação de dados e informações relevantes para incentivar políticas e programas.
- **Cooperação transfronteiriça:** Organizações de bacias hidrográficas e de rios são essenciais para a gestão dos recursos, coordenação dos intervenientes à escala dos recursos, desenvolvimento de infra-estrutura e partilha de benefícios assim como a harmonização das agendas nacionais e de desenvolvimento das bacias.
- **Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de Água & Saneamento:** torna-se cada vez mais evidente que muitos países africanos podem não atingir as metas do ODM para água e saneamento. As principais razões atribuídas à situação incluem a governação deficiente e as disposições institucionais e políticas inadequadas; uma falta de compromisso em relação às promessas políticas, nomeadamente uma descoordenação entre os orçamentos nacionais e as necessidades de financiamento de água e saneamento; uma falta de financiamento para corresponder às exigências de investimento, em virtude de economias frágeis, definição inadequada ou inexistência de planos de investimento bem articulados a nível do sector, e mecanismos de financiamento e de avaliação de preços inapropriados; a falta de roteiros que definem as etapas para a realização das metas; supervisão e avaliação ineficientes.
- **Financiamento de Infra-estruturas para os objectivos esperados de segurança da água:** Progressos significativos foram registados na definição do défice de financiamento regional. A sensibilização regional e internacional assegurou uma duplicação de compromissos por parte do G8 em conformidade com as recomendações dos órgãos competentes, embora as datas limite ainda tenham de entrar em vigor e uma solicitação global para a melhoria da coordenação tenha de ser efectuada.
- **Abordagem de Desafios Sociais e Ambientais:** As questões ambientais são ainda tratadas de forma inadequada durante a implementação do conceito de IWRM em África e globalmente. Isto deve-se às seguintes razões: falta de clareza nos objectivos específicos de gestão ambiental nos órgãos que lidam com a água, não disponibilidade de dados sobre as exigências de ecossistemas, instrumentos inadequados para avaliar as necessidades, e capacidades inadequadas para a aplicação dos instrumentos. Não é uma situação convincente dado o importante papel que o ecossistema desempenha na luta contra a escassez da água.

- **Alterações Climáticas e Adaptação:** As alterações e variações climáticas devem ter sérios impactos negativos em muitos sectores que incluem a produção de energia hidroeléctrica e agricultura nas principais bacias hidrográficas em África. Os recursos hídricos estão interligados com o clima, por isso a perspectiva de alterações climáticas globais tem sérias implicações para os recursos hídricos e o desenvolvimento regional. O sector da água é fundamental para a adaptação às alterações climáticas em África.
- **Gestão de Lençóis Freáticos:** A chave para desvendar a segurança da água reside no abastecimento de água mais estável e seguro para as necessidades domésticas, agricultura e pecuária e produção de energia. Os principais desafios consistem em evitar a utilização excessiva e explorar o vasto recurso porém escondido.
- **Utilização da Água na Agricultura e Segurança Alimentar:** A melhoria de gestão da água das chuvas ajudará a reduzir os riscos e vulnerabilidade às alterações climáticas, tornando deste modo a produção agrícola mais estável e segura, e ajudará o grande número de pobres que vivem nas áreas rurais onde há oportunidades limitadas de meios de subsistência além da agricultura. A recolha da água das chuvas tem um enorme potencial para o abastecimento interno da água e para a melhoria e/ou manutenção de funcionamento de ecossistemas dos quais milhões de pessoas na região dependem para a sua sobrevivência.
- **Funções das Partes Interessadas e Parcerias:** Para que haja impacto estratégico há necessidade de uma coordenação efectiva. O envolvimento multi-sectorial origina intervenções e responsabilidades que são essenciais para o progresso, especialmente com iniciativas para abordagens orientadas para a procura e desenvolvimento sustentável.
- **Investimento na Informação, Conhecimento e Controlo:** A boa informação ajuda a tomada de decisão e permite melhor escolha e concepção de infra-estrutura. Os dados possibilitam o seguimento dos progressos em relação aos ODMs. Apesar disso, recursos insuficientes são investidos no fornecimento e divulgação de informações sobre a água e por conseguinte não é produzida a informação necessária.
- **Desenvolvimento e Reforço de Capacidade Institucional:** Há necessidade de melhoria da gestão global da água incluindo o reforço de capacidade institucional, reforço dos processos de gestão para planificação e provisão de prestação efectiva de serviços. Também inclui a capacitação adequada para melhorar o actual baixo envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil. A capacidade é ainda limitada pela falta de investigação científica e social inovadora para apoiar a realização de infra-estruturas para utilização da água em África.
- **Recolha de água das chuvas e reutilização:** É necessário desenvolver estratégias para a recolha da água com vista a complementar a implementação dos ODMs relacionados com a água e para a adaptação das alterações climáticas em África. Além disso, a África necessita de desenvolver e implementar a reutilização da água no quadro da estratégia de conservação da água.

V: PERSPECTIVAS SOBRE AS PRINCIPAIS QUESTÕES SUBMETIDAS À CIMEIRA

25. Compromissos claros e específicos dos Chefes de Estado e de Governo no sentido de garantir a utilização equitativa e sustentável, uma gestão mais integrada dos recursos hídricos nos seus países e partilhados pelos seus países. Isto contribuirá para a aceleração dos progressos tendentes à realização das metas de ODM para água e saneamento em 2015. Durante as últimas décadas e anos não têm faltado declarações e planos de acção sobre água e saneamento em África. Mas tem havido uma falta de, compromisso sincero, capacidade técnica e fundos para implementar esses planos e reduzir o fosso crescente entre os planos propostos e a contínua escassez de água permanente e saneamento para as várias centenas de milhões de pessoas pobres em toda a África.

26. Para o nosso planeta e sobretudo o nosso continente, a gestão equitativa e sustentável da água e as metas de ODM para água e saneamento são e devem continuar a ser os desafios de políticas prioritárias para pelo menos mais duas décadas. Muitos dos adultos e crianças que morrem por falta de água nas secas, a grande extensão da água nas inundações ou demasiado poluída, ou a grande quantidade de água que causa doenças, estão em África. Contudo essas mortes podiam ser evitadas por melhores políticas e práticas de gestão da água.

27. Embora seja uma enorme tarefa política, financeira e técnica, o desafio de alcançar as metas do ODM para água e saneamento em África não é impossível, se for reelaborado e implementado de uma forma estratégica e prática durante os próximos sete anos.

VI. PRINCIPAIS MENSAGENS E RECOMENDAÇÕES PARA A CIMEIRA DA UNIÃO AFRICANA DE 2008

28. Durante os últimos cinco anos aumentou no continente o fosso entre a taxa de execução em relação à água permanente e aos serviços de saneamento básico e as metas de ODM para 2015. Durante o mesmo período tornou-se ainda mais urgente a necessidade de tomar medidas.

29. Há por conseguinte necessidade de se concentrar no seguinte:

- (a) **Intensificar** os nossos esforços para a implementação das nossas declarações anteriores relativas à água e saneamento:

Realização dos ODMs para Abastecimento de Água e Saneamento

- (b) **Elevar** o perfil de saneamento através da resolução das deficiências no contexto da Declaração de eThekwini sobre saneamento em África dos Ministros responsáveis pela Água;

- (c) **Desenvolver e/ou actualizar** políticas nacionais de gestão da água, quadros reguladores, e programas, e elaborar estratégias e planos de acção nacionais para a **realização das metas de ODM para água e saneamento durante os próximos sete anos**
- (d) Aumentar significativamente os recursos financeiros internos destinados à implementação de actividades nacionais e regionais para o desenvolvimento de água e saneamento e **Exortar** os Ministros responsáveis pela Água e Finanças a elaborar planos de investimento apropriados e afectação de mais recursos para o sector de água e saneamento;
- (e) Mobilizar mais doadores e mais financiamento para as iniciativas sobre água e saneamento tais como Iniciativas sobre Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais, o Fundo Africano para a Água, o programa de Água para as Cidades Africanas e o Fundo da NEPAD para a Elaboração dos Projectos de Infra-estruturas, conforme o compromisso nas Iniciativas de G8 sobre água e saneamento;
- (f) Criar ambiente favorável para melhorar o envolvimento efectivo do sector privado;
- (g) Promover o envolvimento activo da sociedade civil africana e participação pública nas actividades e programas relacionados com água e saneamento;
- (h) Promover a programação que aborda o papel e os interesses dos jovens e das mulheres, considerando que o fardo da escassez de água e saneamento recai desproporcionadamente em mulheres e crianças;

Protecção e Gestão do Potencial dos Recursos Hídricos da África

- (i) Abordar as questões de segurança da água incluindo a utilização da água da agricultura para a segurança alimentar, tal como previsto na Declaração Ministerial e nos resultados da primeira Semana Africana da Água;
- (j) Garantir a utilização equitativa e sustentável através da gestão integrada de recursos hídricos nacionais ou comuns em África particularmente os recursos hídricos partilhados entre outros países, começando com a Bacia do Lago Chade como uma prioridade urgente;
- (k) Reforçar a capacidade institucional e dos recursos humanos a todos os níveis incluindo o nível de administração local descentralizada para a implementação de programas, melhorar a gestão de informação e do conhecimento e reforçar o controlo e a avaliação;
- (l) Estabelecer medidas de adaptação para melhorar a resistência dos nossos países à crescente ameaça de alterações e variações climáticas em relação aos nossos recursos hídricos e nossa capacidade de atingir as metas para água e saneamento;

Financiamento do Sector da Água em África

- (m) Aumentar significativamente os recursos financeiros internos destinados à implementação de actividades nacionais e regionais para o desenvolvimento de água e saneamento e **Exortar** os Ministros responsáveis pela Água e Finanças a elaborar planos de investimento apropriados e afectação de mais recursos para o sector de água e saneamento;
- (n) **Desenvolver** instrumentos financeiros locais e mercados para investimentos no sector de água e saneamento;
- (o) Mobilizar mais doadores e mais financiamento para as iniciativas sobre água e saneamento tais como Iniciativas para Água e Saneamento a nível das Zonas Rurais, o Fundo Africano para a Água, o programa de Água para as Cidades Africanas e o Fundo da NEPAD para a Elaboração do Projecto de Infra-estruturas, conforme o compromisso nas Iniciativas de G8 sobre água e saneamento;

Envolvimento de Grupos Importantes

- (p) Promover o envolvimento activo da sociedade civil africana e participação pública nas actividades e programas relacionados com água e saneamento;
- (q) Promover a programação que aborda o papel e os interesses dos jovens e das mulheres, considerando que o fardo da escassez de água e saneamento recai desproporcionadamente em mulheres e crianças;

Papel de AMCOW e CERs

- (r) Reforçar AMCOW como um mecanismo regional fundamental, e outros intervenientes regionais, como relevantes, para a promoção da cooperação no domínio de água e saneamento;
- (s) Reforçar a iniciativa de AMCOW sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos, incluindo lençóis freáticos, águas superficiais, água das chuvas e recursos hídricos transfronteiriços e implementar o seu roteiro para a Comissão Africana dos Lençóis Freáticos;

Reforçar a parceria a todos os níveis nos nossos países e entre as Comunidades Económicas Regionais bem como com as agências internacionais de desenvolvimento e promover parcerias publico-privadas com vista a acelerar o desenvolvimento de acções para a realização de ODM sobre água e saneamento no nosso continente.

Apoio à escala do Sistema das NU à África

- (t) **Reforçar** a parceria com o sistema das Nações Unidas, particularmente o Grupo Água-África das Nações Unidas (UN-Water Africa), na mobilização de apoio contínuo ao AMCOW e aos Objectivos de Água e Saneamento em África para a implementação dos resultados desta Cimeira.

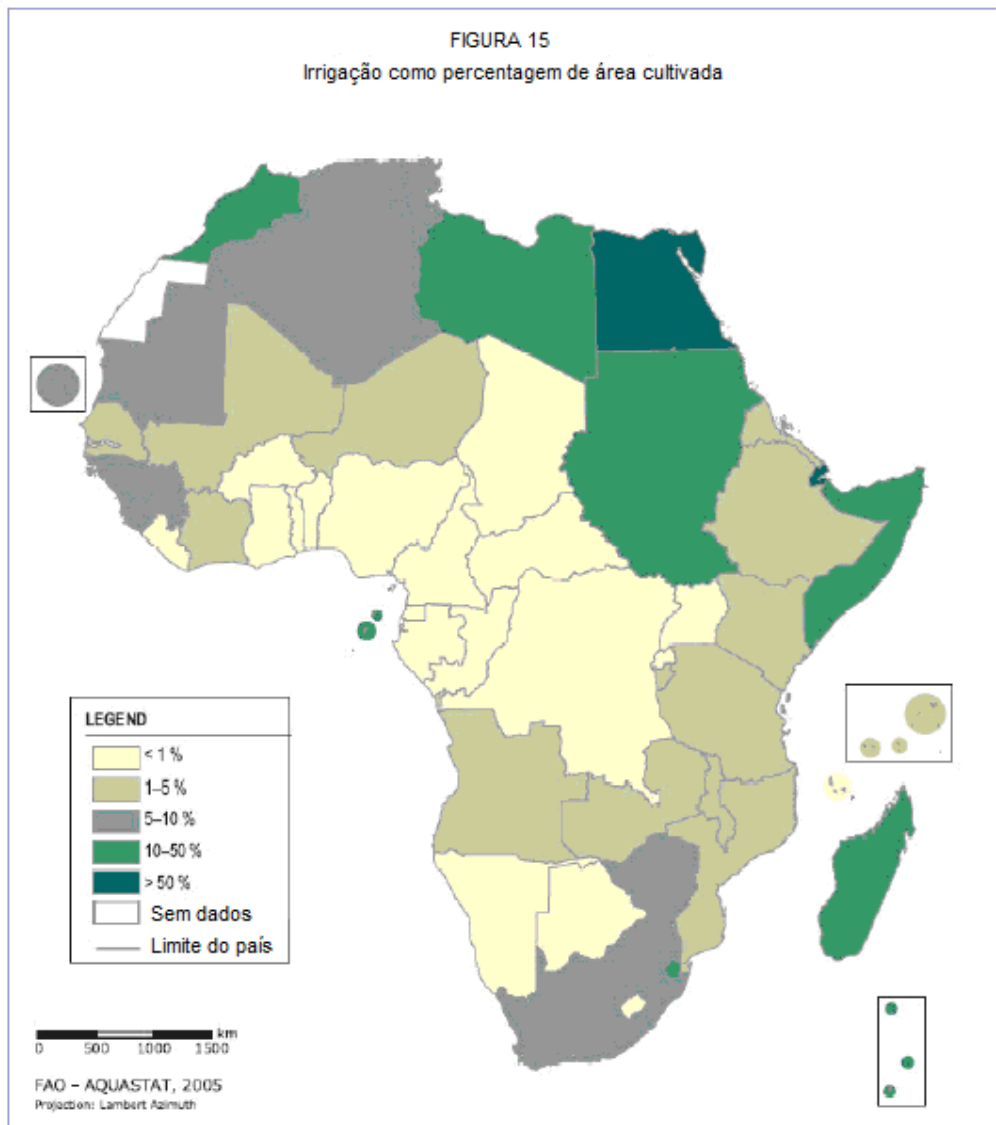
Solidariedade Internacional

O que é também necessário na Cimeira de G8 a realizar em breve no Japão e outras subsequentes reuniões internacionais de alto nível é a assumpção de compromissos claros e específicos pelas agências e parceiros internacionais para melhorar a coordenação e a integração das suas várias iniciativas sobre água e saneamento, organizar e participar em mais diálogos regulares acerca de políticas multilaterais e bilaterais sobre a água com os seus parceiros nacionais e regionais em África e conceder os fundos adicionais e assistência técnica necessária para implementar os novos planos nacionais e regionais e estratégias de investimento para a melhoria da gestão da água e realização dos ODMs para água e saneamento.

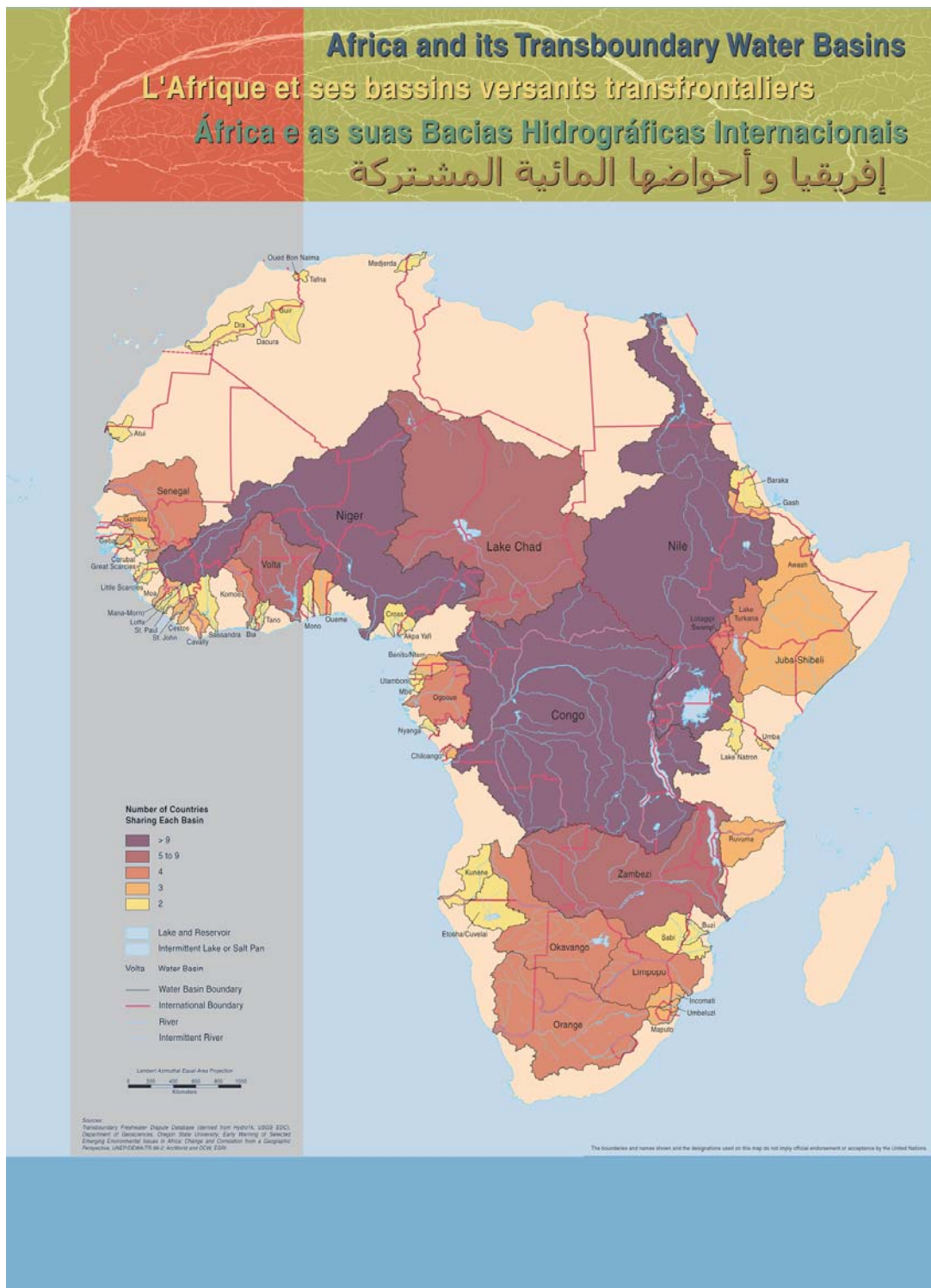
Análise e informação sobre os Progressos

- (u) **Encarregar** o AMCOW de apresentar um relatório sobre os progressos registados na implementação dos nossos compromissos sobre água e saneamento com o apoio dos parceiros regionais.

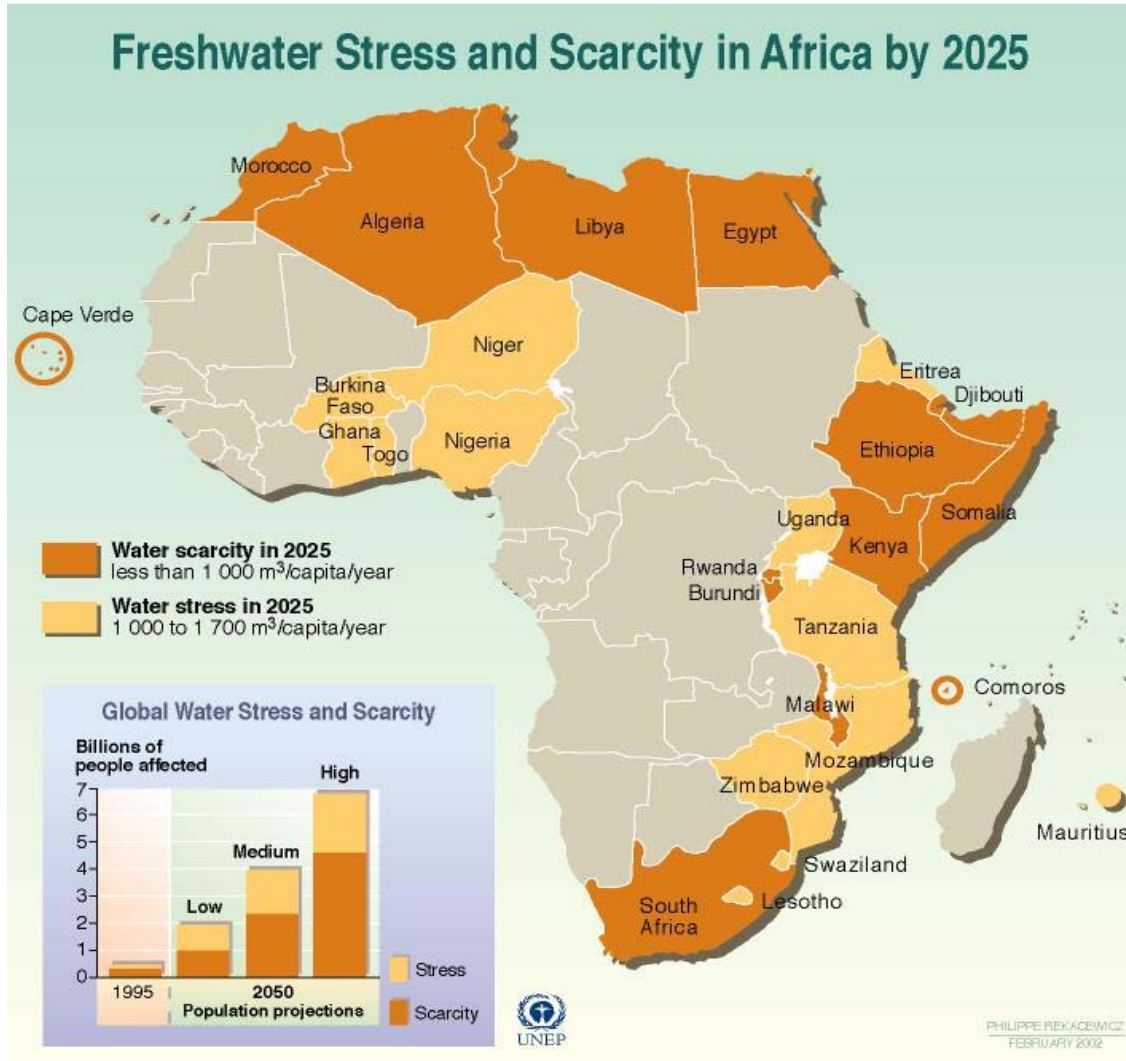
ANEXO I: IRRIGAÇÃO COMO PORCENTAGEM DE ÁREA CULTIVADA



ANEXO II: BACIAS HIDROGRÁFICAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA AFRICA

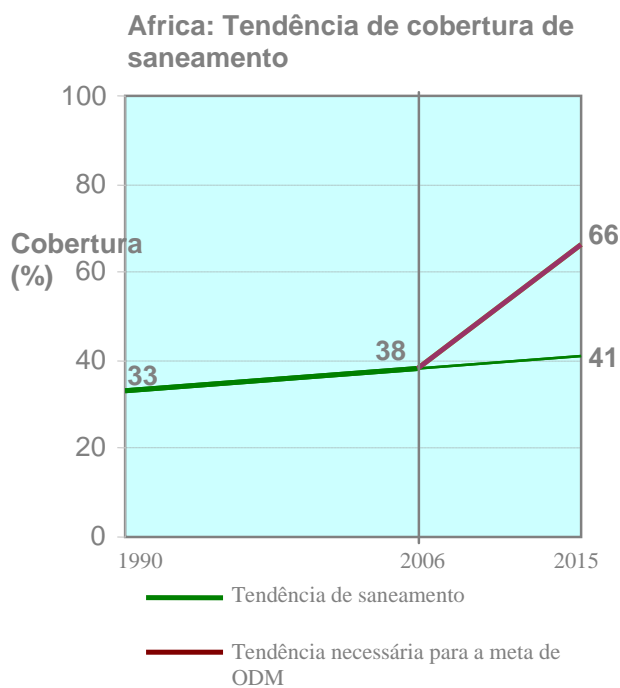
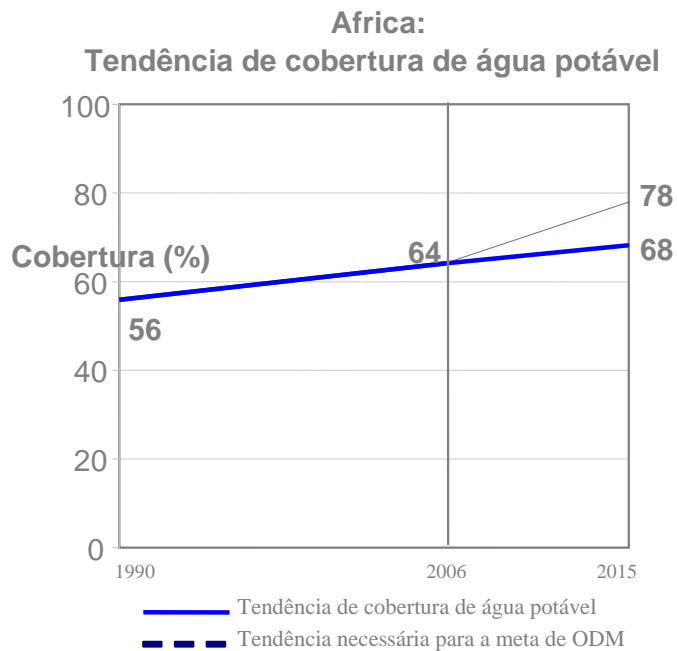


ANEXO III: Penúria e Escassez de Água Doce em África até 2025



Source: United Nations Economic Commission for Africa (UNECA), Addis Ababa; Global Environment Outlook 2000 (GEO), UNEP, Earthscan, London, 1999; Population Action International.

Anexo IV: Tendências de Cobertura de Abastecimento de Água e Saneamento



Fontes: Programa de Seguimento Conjunto de OMS/UNICEF – Um Resumo de Água Potável e Saneamento em África 2008 (PROJECTO)

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DÉCIMA-PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
30 DE JUNHO A 1 DE JULHO DE 2008
SHARM EL SHEIKH - EGIPTO**

**Assembly/AU/10 (XI)
Anexo 5**

**DECLARAÇÃO MINISTERIAL SOBRE O REFORÇO
DE SEGURANÇA DA ÁGUA PARA UM DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ECONÓMICO DA ÁFRICA**

**Primeiro Seminário Africano sobre a Água
Tunes, 26 - 28 de Março de 2008**

Conselho dos Ministros Africanos da Água (AMCOW)

**Declaração Ministerial sobre o reforço da segurança da água para um
desenvolvimento sócio-económico da África**

PARTE I: A água, factor essencial para o desenvolvimento duradouro

Nossas acções e realizações

1. Nós, Ministros Africanos da água, presentes na Primeira Semana Africana da Água, decidimos que, garantir a segurança da água através da gestão equitativa e duradoura, é e será, nos próximos anos a primeira prioridade do desenvolvimento no continente. Para África, é imperativo atingir os Objectivos do Milénio para o desenvolvimento (OMD) no horizonte 2015 no domínio da água e do saneamento do meio bem como outros objectivos ligados à água como são a redução da pobreza, fome, mortalidade infantil e materna e das graves doenças. A visão africana da água para 2025 continuará inspirando as nossas acções.
2. Ao longo dos últimos anos, os nossos Chefes de Estado e de Governo fizeram prova de um alto nível de engajamento e de liderança políticos ao ponto de ter permitido colocar no centro da nona Agenda para o desenvolvimento regional, os problemas da água em África. Relembramos que a Conferência Panafricana sobre o estabelecimento e a parceria (Dezembro 2003) seguiu-se, num período muito curto, a Declaração de Syrte dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, de Janeiro 2004, relativa ao reconhecimento da AMCOW enquanto comité técnico especializado da Comissão da União Africana. Na Cimeira de Fevereiro 2008, os Chefes de Estado e de Governo decidiram consagrar a Cimeira de Julho 2008 à água e o saneamento do meio.
3. Aquando da sua Sexta sessão, o AMCOW examinou a questão de saber qual seria o melhor meio para acelerar as acções já iniciadas para atingir os OMD, nomeadamente ao domínio da água e do saneamento. Nós reconhecemos que os nossos respectivos países verificaram-se progressos notáveis mas, muito resta ainda a fazer. Em consequência, tomaram um curto número de medidas favoráveis, compreendendo nomeadamente:
 - A adopção de um vasto programa de trabalho, destinado a apoiar as acções em curso para realização dos OMD nos domínios da água e do saneamento; criação do fundo especial de afectação do AMCOW, destinado a facilitar o financiamento das acções relativas aos fins dos OMD; estabelecimento da

- Facilidade Africana da água e o lançamento da Iniciativa para abastecimento da água potável e do saneamento no meio rural;
- Reforço da colaboração com a sociedade civil, oficializando as relações estabelecidas com a Rede da Sociedade Civil Africana para a Água e Saneamento (ANEW);
 - Reforço das relações com as organizações africanas das bacias hidrográficas (RAOB);
 - Estabelecimento de uma estreita colaboração com o G8 de cujas cinco últimas Cimeiras adoptaram iniciativas sobre a água em África bem como a cooperação com a União Europeia para a implementação da iniciativa da EU para a água em África.

4. Nós conseguimos também progressos no nosso objectivo de inscrever a problemática do saneamento entre as prioridades da nossa agenda sobre o desenvolvimento do continente, graças ao apoio de um certo número de parceiros internacionais, o que permitiu proceder a uma exaustiva avaliação dos desafios da matéria e adoptar, em consequência, a recente Declaração de eThekweni (Durban), sobre o saneamento, de Fevereiro de 2008. Saudamos, igualmente, a Declaração UE-África sobre o saneamento a qual convida a comunidade internacional a apoiar os nossos esforços de desenvolvimento do saneamento em África.

5. Institucionalizamos a Semana Africana da Água para discutir as oportunidades e desafios concernentes a realização da segurança da água para o desenvolvimento sócio-económico da África no quadro das missões do AMCOW.

6. Aquando da Primeira Semana Africana da Água, discutimos os seguintes temas: A plataforma de infra-estruturas para a segurança da água em África; a realização dos OMD para a água e saneamento; financiamento de infra-estruturas para segurança da água; mudanças climáticas e adaptação; como enfrentar os desafios ambientais e sociais; desenvolvimento institucional e reforço das capacidades.

PARTE II: Parcerias nas acções ao nível regional e nacional com vista a acelerar a segurança da água para o desenvolvimento sócio-económico da África

7. Os nossos Chefes de Estado e de Governo, em concertação com outros Dirigentes do Mundo, reafirmaram os compromissos da comunidade internacional a favor da Parceria Mundial para o desenvolvimento tal como definido na Declaração do Milénio através do Consenso de Monterrey e do Plano de implementação de Joanesburgo.

8. Felicitamo-nos calorosamente pelo apoio e solidariedade da comunidade internacional prestadas à África e AMCOW na luta contra os desafios da água e do saneamento. Com vista a responder às necessidades específicas da África, solicitamos com vigor aos nossos Governos, Organizações Nacionais e Regionais, Comunidade Internacional e aos Parceiros de desenvolvimento para prestarem uma assistência concreta, substancial e tangível às seguintes iniciativas para rápida consolidação:

a. Plataforma de infra-estruturas para segurança da água

- Mobilizar investimentos para chegar a plataforma de infra-estruturas necessárias à redução da pobreza e a efectivação do crescimento económico e o bem estar social;
- Facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças;
- Conceber planos e estratégias nacionais para atingir a segurança da água;
- Reforçar a base de informações, conhecimentos e capacidades de seguimento.

b. Concretizar os OMD para água e saneamento

- Melhor utilizar os recursos existentes, mobilizar meios financeiros e técnicas junto dos sectores público, privado dos utilizadores para desenvolvimento de infra-estruturas da água e do saneamento, reforçar as capacidades institucionais, técnicas e de gestão a todos os níveis;
- Dar prioridade às despesas referentes à água e ao saneamento nos orçamentos nacionais;
- Aumentar, sistematicamente, os recursos atribuídos aos Governos locais para execução dos projectos de água e saneamento;
- Criar mecanismos apropriados de seguimento e avaliação do fornecimento da água e saneamento aos níveis local, das bacias, nacional e regional;
- Apresentar aos Parceiros de desenvolvimento um “Plano de investimento para os OMD em matéria da água e do saneamento em África” para atingir os OMD, incluindo a identificação de recursos financeiros a mobilizar e a contribuição esperada de todos os Parceiros de desenvolvimento com vista a ratificação do referido Plano pela Cimeira do G8 sobre os OMD;

- Solicitar ao BAD e ao Programa da água e do saneamento do Banco Mundial para continuarem a realizar estudos sectoriais com vista a informar o AMCOW dos progressos atingidos e das dificuldades encontradas no rumo aos OMD;
- Criar um processo de avaliação entre pares para seguimento da performance dos Países Membros, aderidos a esta ideia no domínio da água e do saneamento.

c. Financiamento de infra-estruturas para realização dos objectivos da segurança de água

- Colocar o impacto positivo das infra-estruturas de mobilização dos recursos em água e saneamento sobre o desenvolvimento no centro das nossas estratégias de financiamento;
- Reforçar o peso das infra-estruturas para água e saneamento nos planos de desenvolvimento nacional e das despesas públicas e consagrar uma parte crescente do financiamento multilateral às infra-estruturas;
- Assegurar a assumpção pela África do controlo público e do quadro jurídico com vista a proteger os interesses públicos e em particular os das populações pobres e vulneráveis;
- Aprofundar as nossas relações de parceria regional em matéria de infra-estruturas, cooperar na gestão dos recursos partilhados em água e explorar as possibilidades de investimento nas infra-estruturas de importância regional;
- Assegurar a coerência entre os nossos esforços financeiros e os impactos económicos e sociais registados.

d. Mudança climática e adaptação

- Conceber medidas de adaptação afim de assegurar a durabilidade da água para as necessidades sociais, económicas e ambientais;
- Promover a cooperação em matéria de elaboração de sistemas eficazes de alerta para a prevenção e atenuação das catástrofes ligadas à água com vista a reduzir os efeitos nefastos da mudança climática sobre o desenvolvimento económico, segurança alimentar e as acções de luta contra a pobreza;

- Encorajar a utilização eficiente da água através de medidas apropriadas tais como a gestão do pedido, a reutilização da água e outras opções técnicas de utilização racional dos recursos, disponíveis mas, limitados, em água.

e. Utilização agrícola da água

- Confirmar os compromissos de utilização agrícola da água em África, incluindo na irrigação, drenagem e conservação da água das chuvas;
- Apoiar o NEPAD na implementação da nova iniciativa para utilização agrícola da água (AGWA) que responde ao pilar 1 do NEPAD “programa de desenvolvimento global da agricultura em África (CAADP)”;
- Aumentar os investimentos afim de assegurar uma mais sólida, alargada e durável afectação de fundos bem como para apoio às estratégias sectoriais e políticas em matéria de utilização agrícola da água;

f. Exploração das águas subterrâneas

- Explorar as águas subterrâneas locais afim de melhorar as condições de vida e gerir os riscos ligados à mudança climática;
- Formalizar o diálogo sobre a gestão das águas subterrâneas em África e aplicar o guião da Comissão Africana das Água Subterrâneas.

g. Captação e reutilização da água

- Apoiar as estratégias de captação e reutilização da água afim de complementar a execução dos OMD relativos à água e à adaptação às mudanças climáticas em África;
- Apoiar o desenvolvimento e a implementação da reutilização da água como parte integrante da estratégia de conservação da água.

h. Como enfrentar os desafios ambientais e sociais

- Estabelecer equilíbrio entre as componentes sociais, ambientais e económicas em matéria de infra-estruturas da água;
- Aplicar os princípios da gestão integrada de recursos em água com vista a sua exploração racional para fins económicos, sociais e ambientais.

i. Desenvolvimento institucional e reforço das capacidades

- Desenvolver as capacidades institucionais e de recursos humanos a todos os níveis e para todos os autores do sector da água e do saneamento;
- Apoiar o reforço do Governo locais e desenvolver as suas capacidades na execução e gestão dos programas descentralizados.

9. Exortamos a comunidade internacional a honrar os seus compromissos para aumentar os meios financeiros a favor dos investimentos.

PARTE III. Principais mensagens e decisões recomendadas a Cimeira da União Africana

10. Recomendações, com modestia, aos Chefes de Estado e de Governo da UA para:

- a. Aprovar o estatuto de Comité Técnico Especializado da UA do AMCOW;
- b. Tornar a Facilidade Africana da Água e a Iniciativa água e saneamento no meio rural um ponto permanente da ordem do dia das deliberações e diálogos com os parceiros internacionais;
- c. Encorajar os Estados Membros e as instituições regionais apropriadas a conceber, com urgência, estratégias de adaptação às mudanças climáticas e integrá-las nos planos de gestão dos recursos em água;
- d. Ratificar a Declaração de eThekweni (durban) sobre o saneamento e medidas de acompanhamento;
- e. Promover o apoio político e à execução contínua a Declaração de Syrte sobre a agricultura e a água;
- f. Priorizar e aumentar os orçamentos nacionais afectados à água e ao saneamento;
- g. Utilizar a água para promover a cooperação e a partilha dos recursos entre Países.

PARTE IV: Principais mensagens à Cimeira do G8 2008, no Japão

11. Relembramos que, aquando das suas últimas Cimeiras, o G8 adoptou um certo número de iniciativas para a África e convidamos a Cimeira de 2008 do G8 no Japão à:

- a) Implementar as respectivas iniciativas para a água em África, nomeadamente o Plano de Evian sobre a água, de 2003, iniciativa G8 – Reino Unido sobre a água, (2006), Iniciativa G8 – Alemanha sobre as águas transfronteiriças (2007) e o plano de acção de Kananaskus;
- b) Apoiar a aplicação da Declaração de Durban sobre o saneamento, enquanto essencial resultado da Primeira semana africana da água no sentido da realização dos OMD e do desenvolvimento sócio-económico da África;
- c) Tomar medidas para responder às necessidades específicas da África em matéria de adaptação à mudança climática, face às ameaças e à vulnerabilidade do seu desenvolvimento sócio-económico;
- d) Honrar os seus compromissos e ajudar a mobilizar recursos substanciais para a Facilidade Africana da Água.

PARTE V: Outras questões

Segunda Semana Africana da Água 2009/2010

12. Reiteramos os nossos agradecimentos ao Governo do Quênia, PNUE, UN-Habitat e à UNESCO por terem aceite patrocinar a Segunda Semana Africana da Água 2009/2010 que se realizará em Nairobi, Quênia.

Ratificação dos resultados de Tunis

13. Ratificamos os presentes resultados, conclusões e recomendações de Tunis.

AGRADECIMENTOS

- a. Expressamos a nossa gratidão ao Governo da República da Tunísia por ter acolhido a Primeira Semana Africana da Água;
- b. Expressamos os nossos vivos agradecimentos ao Presidente Donald Kaberuka e à Direcção do Banco Africano de Desenvolvimento pelo firme compromisso a favor das acções destinadas a ultrapassar os desafios da água e do saneamento em África e pelo constante e substancial apoio ao AMCOW. Felicitamo-nos pelos esforços consentidos pelo Banco na organização com sucesso da Primeira Semana Africana da Água;
- c. Apreciamos vivamente o constante apoio, prestado ao AMCOW pelas instituições das Nações Unidas, nomeadamente o Conselho Consultivo sobre a água do Secretário Geral das Nações Unidas e seu Presidente S.A.R. Prince

Willem-Alexander, Prince d'Orange bem como o GRUPO Água-África das Nações Unidas;

- d. Felicitamo-nos pelo apoio e contribuição dos nossos Parceiros de desenvolvimento;
- e. Tivemos vantagens, em grande medida, da cooperação constante com as organizações da sociedade civil e com os diversos parceiros regionais e internacionais para a água.

Tunis, 28 de Março de 2008

PRIMEIRA SEMANA AFRICANA DA ÁGUA
“Acelerar a segurança da água para o desenvolvimento
sócio-económico de África”

1. Introdução

Antecedentes

O Conselho de Ministros Africanos da Água (AMCOW) assegura a liderança, orientação política e o pleito pela mobilização, utilização e gestão de recursos em água para ao desenvolvimento sócio-económico duradouro e a preservação dos ecossistemas em África. Neste quadro, o AMCOW durante a sua sexta sessão ordinária, realizada no Congo Brazzaville, de 28 a 31 de Maio de 2007, decidiu institucionalizar a Semana Africana de Água e solicitou ao Banco Africano de Água em Tunis. Durante a sua reunião, realizada de 22 a 24 de Novembro de 2007, em Nairobi, Quénia, o Comité Executivo (EXCO) do AMCOW deu o seu aval para que este evento se realize de 26 a 28 de Março de 2008. A EXCO adoptou, igualmente o seguinte tema para a Conferência: **“Acelerar a segurança da água para o desenvolvimento sócio-económico da África”**.

O tema AWW-1 traduz o reconhecimento pela AMCOW da água como catalisador do desenvolvimento sócio-económico e do crescimento. Na declaração Ministerial ao 4º Fórum Mundial da Água, foram evidenciadas as preocupações para atingir a segurança da água, citamos **“..... afim de melhorar a segurança da água, os Países Africanos devem investir nas infra-estruturas hidráulicas com vista a erradicação da pobreza e o desenvolvimento duradouro.**

Objectivos da Semana Africana da Água (AWW-1)

Os principais objectivos da Primeira Semana da Água (AWW-1) foram:

- a. Criar um fórum dos profissionais africanos do sector da água, utentes e parceiros para discutir oportunidades e desafios da segurança da água para o desenvolvimento sócio.económico da África e formular procedimentos concretos, estratégias e acções afim de acelerar o desenvolvimento dos recursos em água e a prestação de serviços, tendo em conta os desafios e impacto das mudanças e variações climáticas;
- b. Traçar um quadro de realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) em África, examinar as realizações orientadoras, os desafios e propor estratégias e acções para aceleração dos objectivos para água e saneamento;

- c. Criar consenso e recomendações para análise da próxima Cimeira 2008 sobre a Água e o Saneamento e os contributos ao 5º Fórum Mundial da Água que terá lugar em Istambul durante o mês de Março 2009.

As principais temáticas da Semana abordaram:

- i. A plataforma de infra-estruturas para atingir a segurança da água em África;
- ii. O estado dos OMD para a água e o saneamento;
- iii. As necessidades em investimentos para as infra-estruturas para atingir a segurança da água;
- iv. Os financiamentos das infra-estruturas para atingir os objectivos da segurança da água;
- v. A superação dos desafios derivados dos impactos ambientais e sociais para garantir a segurança da água; e
- vi. O papel dos principais intervenientes e estabelecimento de parcerias apropriadas.

Para atingir estes objectivos foram feitas várias apresentações técnicas de acordo com os temas das sessões plenárias enquanto nas sessões paralelas, tratou-se da troca de experiências e das apresentações dos Países.

As conclusões e recomendações consignadas neste relatório reflectem as deliberações desta Semana.

Outro elemento determinante da Semana foi a Declaração Ministerial que não apenas reforça as recomendações operacionais emergentes das deliberações mais enfatiza as questões para análise da próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA (consagrada à água e ao saneamento), a Cimeira do G8, de Julho 2008 no Japão e ao 5ª Fórum Mundial da Água a ter lugar em Istambul em 2009.

É instrutivo notar que a AWW-1 não tratar, não por omissão, especificamente os aspectos do saneamento do meio. Os organizadores entenderam que os aspectos do saneamento foram meticulosamente discutidos e abordados na African San + 5, realizada há um mês e que as suas recomendações foram tidas em conta pela AMCOW.

Participação

A AMCOW contou a participação de um total de 530 pessoas, incluindo 26 Ministros Africanos responsáveis pelos recursos em água, o Representante da Comissão da União

Africana, Sr. Babagana Ahmadou, o Presidente do Conselho Consultivo para água do Secretário Geral das Nações e sua Majestade Real Wilhelm-Alexander, Prince d'Orange. Entre os participantes estiveram igualmente Representantes de Governos, instituições para públicas, bilaterais e multilaterais, os parceiros de desenvolvimento, sector privado, prestadores de serviços e da sociedade civil. Os três dias de evento conheceram um certo número de reuniões especiais, realizadas para reforçar uma maior cooperação entre os diferentes autores do sector da água e do saneamento bem como para recolher mais informações para contribuições a Cimeira da UA, consagrada à água e ao saneamento.

Conteúdo e objectivo do Relatório

Este relatório resume os principais resultados e recomendações retidos pelos participantes. O objectivo é de fornecer uma rápida referência das discussões da AWW-1 que informa a todos participantes da execução dos mais importantes aspectos das recomendações concernentes à segurança da água.

2. Cerimónia de abertura

No seu discurso de boas vindas, o Ministro tunisino da Agricultura e dos Recursos Hidráulicos sublinhou os resultados palpáveis da gestão integrada dos recursos em água na Tunísia a qual poderá constituir lições de experiência úteis para outros Países Africanos. No seu discurso, Sua Majestade Real Wilhelm-Alexander, Prince d'Orange citou os resultados de alguns países africanos e desejou que a dinâmica seja mantida para atingir os objectivos do Milénio. Ele sublinhou que **NÃO HÁ TEMPO A PERDER** e que o AMCOW deveria aproveitar os próximos eventos, Cimeira da UA, G8 do Japão e o 5º Fórum Mundial da Água para advogar a necessidade de muito mais importante apoio à água e ao saneamento em África. Segundo a sua estimada consideração, **É POSSÍVEL** e interpelou os Ministros para que a África demonstra do que é capaz.

Os outros intervenientes da cerimónia de abertura foram o Representante do Presidente do AMCOW, o Presidente do Conselho Mundial da Água, o Representante da União Africana e o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento.

3. Discussões temáticas e acções recomendadas

Os apresentadores dos documentos técnicos e participantes evidenciaram um certo número de questões em relação aos temas da semana, apresentaram um certo número de observações e formularam conclusões a partir das quais foram recomendadas as acções. As recomendações foram particularmente dedicadas ao processo de preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, de 2008 para análise e revisão. Eles versaram, igualmente, sobre elementos de referência para o 5º Fórum Mundial da Água que realizar-se-á em Março de 2009 em Istambul. Os diferentes intervenientes no sector da água, da luta contra pobreza e desenvolvimento duradouro também apresentaram recomendações.

I. Plataforma de infra-estruturas para atingir a segurança da água

Questões principais

As experiências, mundial e regional, através da África demonstraram a importância da contribuição histórica das infra-estruturas para a segurança da água nos países desenvolvidos. Uma grande evidência provou que atingindo a segurança da água é possível dinamizar as economias e o progresso social e proteger as realizações económicas contra os flagelos climáticos. Isto contrasta fortemente com fragilidade das infra-estruturas em todo o continente o qual, durante muito tempo, negligenciou os benefícios da boa gestão da água pelos numerosos cidadãos, expondo as comunidades pobres e as economias nacionais à frequentes e regulares flutuações e alternâncias da falta ou excesso de água.

As experiências mundiais mostraram que os custos da insegurança da água em África excederam, tendo provocado a estagnação do crescimento e dos índices de redução da pobreza e perdas recorrentes do capital dificilmente conseguido pelos pobres, situação que em sentido contrário ter-se-ia evitado. Os firmes compromissos com a pobreza não se compatibiliza com a persistência de uma fraca infra-estrutura hidráulica no contexto de uma real variação natural.

Acções e recomendações

- a. Engajarem-se no desenvolvimento de infra-estruturas de água em África e na reabilitação das estruturas da água em África e na reabilitação das existentes, justificável pela sua contribuição ao desenvolvimento económico e social sem comprometer a integridade ambiental e a justiça social.
- b. Promover **parcerias operacionais de alto nível entre os Ministros do AMCOW** e os utilizadores da água na produção de energia, crescimento económico (especialmente os polos de crescimento), fornecimento de água municipal, agricultura e segurança alimentar, emprego, redução dos desastres e do meio ambiente, enfim, desenvolver uma plataforma mínima de infraestruturas e de instituições para garantir um nível aceitável de segurança da água.
- c. Continuar a desenvolver e utilizar a gestão integrada dos recursos em água, **GIRE** e aperfeiçoam os centros de tomada de decisão e de engajamento na reprodução de oportunidades onde a penúria de água representa um obstáculo para novas infraestruturas.
- d. Assegurar a propriedade africana, o controlo público e o enquadramento legal para proteger os interesses públicos e, em particular os dos pobres e grupos vulneráveis.

- e. Trabalhar no quadro dos processos de Estratégias Nacionais de Redução da pobreza para compatibilizar a extensão das infra-estrutura com os ODM e assegurar, para depois de 2015, um desenvolvimento com vista a atingir a Visão Africana da Água 2025.
- f. Trabalhar com os parceiros para melhorar orientar a contribuição das infra-estruturas de água para o quadro das estratégias de desenvolvimento que visem os mercados, crescimento, protecção social, situações pós-conflito, assistência humanitária e redução dos desastres. Isto permitirá informar das estratégias para a assistência aos países.
- g. Conceber abordagens que permitirão reduzir as eventuais tensões sobre as novas infra-estruturas, tendo em conta os conflitos locais, regiões desvantajadas e a equidade regional.
- h. Catalogar as oportunidades **transfronteiriças**, regionais e do mercado para partilhar as infra-estruturas de envergadura regional e as benfeitorias ligadas à água.
- i. Fornecer às populações pobres meios de comunicação e em consonância trabalhar nas escolas apropriadas para infra-estruturas das comunidades que terão de ultrapassar os constrangimentos específicos da água à escala local.
- j. Investir na aquisição de dados e **informação** (hidrológica, ambiental, económica, social e mercado), dados e informações sem os quais não poderão ser feitos estudos eficazes de viabilidade, de concepção ou de execução.

II. Realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio no domínio da água e do saneamento

Preocupações principais

É cada vez mais evidente que muitos dos Países Africanos não poderão atingir os OMD em matéria da água e do saneamento. Para melhor compreensão destas razões concorrem os nossos conhecimentos aprofundados. Tratam-se da: fraqueza em matéria de governação, no plano político e institucional; insuficiência de engajamento da implementação de políticas, incluindo a disparidade entre os orçamentos nacionais e as necessidades de financiamento para as necessidades de investimento devido à fragilidade das economias, má definição ou a ausência de plano de investimento do sector bem estruturados e de medidas de financiamento e de facturação inapropriadas; ausência de guião que defina as etapas necessárias para atingir os objectivos; fraqueza de seguimento e de avaliação e fraca tendência de descentralização, particularmente a ausência do reforço das capacidades financeiras das autoridades locais nas intervenções para a água e o saneamento.

Acções e recomendações

- i. Envolver todos os autores (consumidores, doadores, sector privado, sociedade civil) para elevar e apoiar a visibilidade do sector da água e do saneamento;
- ii. Promover uma melhor utilização dos recursos existentes e mobilizar recursos financeiros e técnicos dos sectores, público, privado, utilizadores para as infra-estruturas de água e de saneamento bem como para o reforço a todos os níveis institucional, das capacidades técnicas e de gestão;
- iii. Mobilizar fundos ao nível local com o objectivo de obter mais apoio da parte dos parceiros de desenvolvimento;
- iv. Aumentar, sistematicamente, os recursos afectados aos Governos para execução de água e saneamento;
- v. Priorizar e melhorar a criação de sistemas de seguimento e avaliação;
- vi. Consolidar a dinâmica partida da Conferência Africa San de Durban e acompanhar a evolução dos compromissos locais;
- vii. Melhorar a eficácia das parcerias de prestação de serviços com o sector de energia afim de reduzir o custo de energia utilizada no sector da água;
- viii. Incidir sobre as populações pobres e vulneráveis e tomar em conta o factor género na concepção de estratégias;
- ix. Desenvolver mecanismos apropriados de seguimento-avaliação para fornecimento de água e saneamento aos níveis local, das bacias bem como nacional e regional;
- x. Solicitar ao BAD e ao Programa “Água Potável e Saneamento (África) para continuar e realizar estudos do sector da água ao nível dos Países no quadro do mecanismo panafricano afim de informar ao AMCOW dos progressos e dos estrangulamentos na realização dos ODM;
- xi. Melhorar a governação, transparência e responsabilidade pública e criar processos periódicos de revisão para seguimento dos progressos em matéria da água e do saneamento dos Membros que aderirem a esta ideia.

III. Financiamento das infra-estruturas para realização dos objectivos de segurança da água

Problemática

O financiamento de infra-estruturas foi identificado como uma das etapas essenciais para atingir os objectivos da Visão Africana da Água para 2025. Foram obtidos progressos significativos na definição das necessidades em financiamento ao nível regional. O pleito tanto a nível regional como internacional permitir duplicar o engajamento do G8 precisamente segundo as recomendações das partes mandantes e doravante é tempo para definir as datas limite e lançar um apelo geral para uma melhor coordenação. A mobilização de fundos mantém-se de momento insuficiente e isto contrariamente aos progressos significativos observados ao nível mundial para combater o défice do acesso à água e ao saneamento. Não obstante os sinais positivos de um certo número de Países africanos, as perspectivas de atingir os ODM ao nível do continente permanecem incertas. Todavia, os evidentes sinais positivos de um crescimento económico duradouro foram registados em certos países africanos e o financiamento das infra-estruturas para utilização da água é necessário para assegurar este crescimento, protegê-lo da variação e mudanças climáticas e, elevá-lo aos níveis compatíveis com uma redução ainda mais efectiva da pobreza.

Acções recomendações

- i. Satisfazer os engajamentos dos parceiros de desenvolvimento para a água e saneamento em África, através de mecanismos bilaterais adaptados aos procedimentos nacionais que fazem prova de uma proporção crescente de financiamento multilaterais destinados às infra-estruturas. Implementar as iniciativas do G8 para água em África, incluindo o Plano de Acção de Evian para a água de 2003, Iniciativa alemã do G8 para a água, o papel do AMCOW e o Plano de acção Kananaskis;
- ii. Utilizar as abordagens sectoriais e os planos nacionais para a água potável e saneamento para canalizar os fundos a melhoria de acesso aos pobres e comunidades desfavorecidas, particularmente as das aldeias, pequenas cidades e municípios;
- iii. Melhorar os canais de imposição para facilitar os fluxos a previsibilidade e a coordenação das finanças, incluindo a eliminação dos pontos fracos (por exemplo capacidade dos recursos humanos em matéria de contabilidade);
- iv. Prosseguir com parcerias público-privadas (PPP) eficazes;

- v. Assegurar uma cobertura mais alargada dos custos pelos utentes da água, incluindo em relação aos aspectos de tratamento e de manutenção das infra-estruturas;
- vi. Permitir aos Ministros do AMCOW entabular conversações de alto nível com os Ministros das Finanças e os parceiros de desenvolvimento sobre o financiamento da construção e reabilitação das infra-estruturas para a água, baseando-se nas estimativas nacionais em financiamentos para combater os desafios de acesso afim de auto sustentar o crescimento e identificar novas vias de financiamento de múltipla origem, catalíticas com grande efeito impulsionador tais como a combinação entre as doações e os empréstimos, os co-financiamentos com os mercados financeiros, na perspectiva de eternizar o tratamento e a manutenção;
- vii. Manter o diálogo em curso com a UE e G8 e facilitar reuniões regulares para conferir os progressos registados no cumprimento dos compromissos;
- viii. Mobilizar recursos financeiros em benefício das iniciativas africanas existentes, tais como o fundo fiduciário do AMCOW, IAEAR, Facilidade Africana da Água, ICA, o Programa Água para as cidades africanas e outras iniciativas;
- ix. Identificar abordagens específicas inovadoras de financiamento nos Países frágeis, baseadas, por exemplo, na prestação de serviços pelo sector privado local;
- x. Melhorar as modalidades de investimento dos Governos e dos parceiros de desenvolvimento para as infra-estruturas de envergadura regional, diferenciando-as dos existentes ao nível dos Estados;
- xi. Dando seguimento a aplicação da Declaração de Syrte sobre a segurança da água e a segurança alimentar, apoiar os Ministros do AMCOW no cumprimento dos seus compromissos com seus homólogos da Agricultura e o NEPAD para aumentar o financiamento dos Estados e dos parceiros de desenvolvimento a afectar à gestão da água na agricultura, incluindo apoio às diferentes vertentes do Plano Africano de Desenvolvimento da Agricultura (CAADP) e das outras iniciativas panafricanas entre as quais a Aliança para a revolução verde em África;
- xii. Promover o aumento de segurança da água como factor de melhoria do ambiente nacional de investimento. Apoiar os Ministros do AMCOW nas suas discussões com os investidores do sector privado para mobilizar os recursos dos mercados para os diferentes sub-sectores da água;

- xiii. Apoiar os Ministros do AMCOW a mobilizar, tanto ao nível internacional regional, nacional como local, financiamentos para investimentos destinados à redução da pobreza que tenha em conta a adaptação e atenuação das mudanças climáticas na gestão dos recursos em água;
- xiv. Assegurar as contribuições financeiras que integram os impactos económicos e sociais;

IV. Enfrentar os desafios ambientais e sociais

Problemática

Esta claramente entendido e decidido que para tirar benefícios duradouros das diferentes iniciativas em matéria de programas de desenvolvimento de infra-estruturas pesadas para a água é primordial considerar os aspectos sociais, económicos e ambientais. A abordagem GIRE em África e no Mundo não considera suficientemente a dimensão ambiental. Isto não constitui uma solução duradouro, tendo em conta o crescente papel dos ecossistemas na redução da falta de água. A adopção da abordagem de gestão dos ecossistemas tal como advogado pelo PNUE constitui uma importante etapa para suplantar este desafio.

As infra-estruturas jogam um papel catalizador no desenvolvimento em África e na realização dos OMD mas, na medida em que os desafios ambientais e sociais sejam concretamente tomados em conta. É evidente que os aspectos ambientais não estão correctamente integrados no GIRE. Entre as razões desta omissão regista-se: falta de clareza dos objectivos específicos de gestão ambiental nas instituições de água; falta de disponibilidade de dados sobre as necessidades dos ecossistemas, inadequação das ferramentas para estimar essas necessidades e falta de capacidades para utilizar estas ferramentas.

Recomendações

- i. Engajar-se num programa de crescimento das infra-estruturas para a água. Este deverá ser concedido com um bom conhecimento e tomará em consideração os aspectos ambientais, económicos e sociais. Para o efeito é recomendado promover uma nova cultura africana que integre de maneira equilibrada as componentes ambientais, económicas e sociais do desenvolvimento das infra-estruturas do sector da água;
- ii. Avaliar e integrar nos projectos do sector da água os custos das medidas e dos planos de atenuação ambientais e sociais. Os planos de gestão ambiental compreenderão a avaliação dos impactos ambientais e sociais e concepção dos planos de atenuação e de gestão correspondentes. Estes planos deverão basear-se nas avaliações preliminares para transformarem-se nas principais

ferramentas para a consideração e atenuação das preocupações e dos impactos ambientais e sociais.

- iii. Criar infra-estruturas que tomem em conta os impactos ambientais e que sejam erguidas nos termos da Avaliação dos Impactos Ambientais (EIE) e dos planos de gestão ambiental (PGE);
- iv. Aplicar os princípios do GIRE de optimização do desenvolvimento dos recursos em água para a necessidades de natureza económica, social e ambiental na perspectiva de integrar correctamente os desafios ligados.

V. Adaptação às mudanças climáticas

Problemática

Está provado que as variações e mudanças climáticas têm um grave impacto sobre numerosos sectores dos quais a produção de energia hidroeléctrica e agricultura nas principais bacias fluviais da África. Os recursos em água estão intimamente ligados ao clima e a perspectiva de uma mudança climática ao nível mundial terá sérios reflexos nos recursos em água e no desenvolvimento regional. O sector da água é essencial para a adaptação à mudança climática em África. Por esta razão, tanto a mudança climática quanto a variação climática devem ser tomadas em conta para assegurar a segurança da água no continente.

Recomendações

- i. Adoptar medidas de adaptação para assegurar uma segurança duradoura em água para as necessidades de natureza económica, social e ambiental;
- ii. Promover uma verdadeira cooperação para a criação de sistemas de alerta para a prevenção e atenuação das catástrofes ligadas à água e reduzir os impactos negativos da mudança climática sobre o desenvolvimento económico, a segurança alimentar e os esforços para eradicação da pobreza;
- iii. Encorajar os usos eficientes da água através de medidas apropriadas tais como a gestão do pedido, a rentabilização das águas usadas e outras opções tecnológicas, destinadas a racionalizar o pouco de água disponível;
- iv. Adaptar o sector da água em África às mudanças e variações climáticas para um melhor conhecimento dos impactos, um reforço da cooperação internacional, das capacidades, e o necessário aumento dos correspondentes investimentos, deixando aos CER a possibilidade de jogar um papel chave de coordenação;

- v. Através das CER e em estreita ligação com os Organismos da bacia, coordenar ao nível regional as intervenções em matéria de variações e mudanças climáticas. As CER devem iniciar e entabular diálogos regionais sobre mudanças climáticas e seus infractores sobre o sector da água;
- vi. Reforçar as capacidades das CER e dos Organismos das bacias concernentes para a instalação de bases de dados e gestão de informações;
- vii. Promover a difusão de boas práticas e redigir documentos guias, a saber, por exemplo, a necessária revisão dos critérios de dimensionamento das infra-estruturas. Nesta perspectiva reforçar a capacidade do AMCOW, tendo em consideração as problemáticas ligadas às mudanças climáticas.

VI. Gestão da água subterrânea

Problemática

Os recursos em águas subterrâneas disponíveis em África estão situados nos sistemas aquíferos geograficamente extensos e profundos com potencial localmente importante seja ao nível continental terminal com fraco potencial, muitas vezes, e esparsos. Ele constitui um elemento fundamental da segurança da água e são paradoxalmente ou sub-exploradas ou massivamente sobre-exploração consoante o contexto. A sua justificação e utilidade em relação à segurança da água assenta no facto de que estas constituem uma fonte estável e fiável para as necessidades domésticas em água, para a Agricultura e criação animal. Os principais desafios associados às águas subterrâneas são o de impedir, por um lado, a sobre-exploração e por outro, explorar este recursos, por vezes, esparsos e invisível.

Recomendações

- i. Mobilizar os recursos em águas subterrâneas ao nível local para melhorar as condições de vida e gerir os riscos ligados as mudanças climáticas;
- ii. Institucionalizar um diálogo sobre a gestão dos recursos em águas subterrâneas em África;
- iii. Instaurar a Comissão Africana para as Águas Subterrâneas;

VII. A recolha das águas das chuvas para assegurar a segurança agrícola e alimentar

Problemática

A extensão e a intensificação neste domínio no quadro de um controlo fiável da água é uma componente integral do pilar I do CAAP do NEPAD. Uma gestão melhorada das águas das chuvas contribuirá para reduzir os riscos e a vulnerabilidade ligadas às mudanças climáticas, tornando assim a produção agrícola mais estável e segura ao mesmo tempo, ajudando um grande número de habitantes das zonas rurais onde as possibilidades de subsistência são raras fora da agricultura. Uma atenção particular deve ser dada à água para abeberar o gado, agricultura de forragem e pastagens bem como os corredores de passagem para as comunidades pastorais.

Recomendações

- i. Investir nos programas para promover a tomada de consciência e adopção das tecnologias, e métodos de gestão da água na agricultura e de práticas de culturas rentáveis para os pobres;
- ii. Reforçar as capacidades para partilhar conhecimentos sobre as águas das chuvas e as estratégias de gestão entre os agricultores e outros potenciais beneficiários;
- iii. Incluir a gestão das águas das chuvas nos planos nacionais da água para tirar benefícios sociais e económicos;
- iv. Enfrentar a degradação das terras que contribuem para uma extensão sem fim das terras cultiváveis, apoiando os engagements nacionais a coberto da Convenção Internacional da Luta contra a Seca e a Desertificação.

VIII. Papel das partes envolvidas e parcerias

Problemática

Um grande número de actores estão envolvidos no sector da água e nos domínios conexos. Eles oferecem diferentes capacidades, conhecimentos, peritagem e experiências. A coordenação eficaz entre as parcerias terá um impacto estratégico. O engajamento de todos os actores é um factor de apropriação e de responsabilização indispensável para progredir, nomeadamente no contexto de passagem à abordagem baseada no pedido e de desenvolvimento duradouro. Criar um espaço de aprendizagem contínua, merecer a confiança, a responsabilidade e transparência são necessários para um verdadeiro engajamento mas, necessitam, todavia de financiamento e de tempo.

Acções recomendadas

- i. Criar plataformas para ecoar a voz dos pobres e permitir-lhes ter influência na procura de segurança da água;
- ii. Envolver mais activamente a sociedade civil para integrar as experiências do nível local e assim influenciar as políticas e os investimentos dos seus primeiros passos e aquando da implementação ultrapassar os resultados esperados;
- iii. Reforçar as oportunidades de interacção Ásia-África no quadro de trocas de experiências e das lições aprendidas;
- iv. Estabelecer papéis e responsabilidades claras para prestação de serviços num quadro descentralizado.

IX. Investir na gestão da informação e no conhecimento e supervisão

Problemática

Para poder garantir a segurança da água, os dados e as informações sobre a qualidade e quantidade dos recursos são essenciais para a planificação, mobilização e gestão eficientes e duradouras dos recursos em África. O estado da rede de supervisão hidrológica é de maneira geral incompatível com a necessidade de um mínimo de informação. A próxima aplicação das estratégias de adaptação às mudanças climáticas necessitará de dados e informações hidrológicas em número suficiente para poder avaliar os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos em água à escala das bacias fluviais.

Acções recomendadas

- i. Encorajar ao nível dos Serviços Hidrológicos Nacionais (SHN) os investimentos em matéria de infra-estruturas de mobilização e de gestão dos recursos em água e reforço das capacidades, considerando-os investimentos reembolsáveis do investimento avultado;
- ii. Encorajar e apoiar as iniciativas internacionais entre as quais WHYCOS e TIGER que oferecem aos Países as ferramentas necessárias e reforçam as suas capacidades para assegurar a segurança da água.

X. Eventos futuros e contribuição do AMCOW

Problemática

Um certo número de eventos de alto nível realizar-se-ão em 2008 e 2009. Citamos: Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA, especialmente consagrada a água e saneamento; a Cimeira G8 que se realizará no Japão e o 5º Fórum Mundial de Água. Estes eventos constituem uma excelente ocasião para os Países Africanos fazerem presentes a sua necessidade de apoio ainda mais crescente ao sector da água e saneamento ao conjunto do mundo e particularmente aos parceiros de desenvolvimento. Numa perspectiva de mobilizar estes apoios suplementares, os Países Africanos devem, todavia demonstrar o seu próprio empenhamento, entre outras, de boa governação, aumento dos recursos afectados, concepção e implementação de políticas, construção de parcerias e de cooperação ao nível regional.

Recomendações

- i. Solicitar o G8 para implementar as suas diferentes iniciativas para a água em África;
- ii. Fazer campanha para um apoio internacional na aplicação da Declaração de Ethekwini (Durban) sobre o saneamento no combate dos ODM;
- iii. Implementar as medidas relativas as necessidades específicas de adaptação da África às mudanças climáticas na perspectiva de atingir a segurança da água;
- iv. Fazer campanha para uma mobilização substancial de recursos para a Facilidade Africana da Água.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DÉCIMA-PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
30 DE JUNHO A 1 DE JULHO DE 2008
SHARM EL SHEIKH EGIPTO

Assembly/AU/10 (XI)
Anexo 6

DECLARAÇÃO DE eTHEWKWINI

18 a 20 de Fevereiro 2008 – Durban, África do Sul

Declaração de eThekwini

**Aprovada na Conferência AfricaSan 2008 no quadro do
Ano Internacional do Saneamento**

Nós, Ministros, Chefes de Delegação, Responsáveis pelo saneamento e higiene, proveniente de (32) Países Africanos, em colaboração com altos funcionários, profissionais de instituições sectoriais, organismos académicos, sociedade civil, ONG, parceiros de desenvolvimento e do sector privado, sob os auspícios do Conselho dos Ministros Africanos da Água (AMCOW) bem como os anfitriões da AfricaSan, reunidos de 18 a 20 de Fevereiro de 2008, na Segunda Conferência Africana sobre a Higiene e Saneamento, em Durban, África do Sul.

- Reconhecendo que cerca de 589 milhões de pessoas ou seja mais de 60% da população africana não têm acesso a um saneamento sem risco;
- Tendo consciência que cerca de 1 milhão de Africanos, homens, mulheres, crianças morrem cada ano de doenças transmitidas pela água quando melhorias no saneamento permitiriam uma redução (Incidência das doenças e melhorar o desenvolvimento económico nacional bem como o bem estar doméstico);
- Lançando o Ano Internacional do Saneamento que procura destacar o saneamento bem como a sua importância para o desenvolvimento económico e a luta contra a pobreza;
- Registando que as perdas humanas, sociais, sanitárias, ambientais e infra-estruturais, associadas a um saneamento inadequado constituem um pesado fardo para as economias africanas e que um investimento no saneamento contribui positivamente para a realização dos objectivos do desenvolvimento que lhes são conexos;
- Reconhecendo que o acesso duradouro ao saneamento é um dos objectivos da Declaração do Desenvolvimento do Milénio e que numerosos Governos definiram os seus próprios objectivos quantitativos para saneamento e higiene;
- Reconhecendo que os Membros do AMCOW engajaram-se em levar a África à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para o saneamento;

Engajamo-nos a cumprir os seguintes compromissos aprovados em eThekweni relativamente ao saneamento:

1. **Rever e aplicar**, nos (12) doze meses seguintes a Conferência AfricanSan 2008, **as políticas nacionais de saneamento e higiene**; estabelecer um plano nacional/um guião para favorecer os progressos necessários a atingir antes de 2015, objectivos nacionais e dos OOM afim de assegurar que os programas nacionais de saneamento sejam realizados;
2. **Elevar o perfil do saneamento e higiene nos documentos**, tratando de estratégias de redução da pobreza e noutros processos pertinentes;
3. Assegurar que uma organização bem concebida e transparente assuma a direcção da pasta nacional do saneamento e criar um órgão de coordenação com responsabilidade específica pelos programas de saneamento e higiene onde reunir-se-ão todos os intervenientes, incluindo os Responsáveis pelas Finanças, saúde, Água, Educação, Género e de outras funções bem como do Governo local;
4. **Afectar uma rubrica específica do orçamento do sector público aos programas de saneamento e higiene**. Nosso desejo é que o montante desta afectação represente pelo menos 0,5% do PIB;
5. **Utilizar uma abordagem moderna de mudanças de comportamentos** (tais como saneamento total conduzido pelas comunidades, o marketing para mudança de comportamentos, programas de educação envolvendo as comunidades e seus dirigentes) que tenha um impacto específico sobre os pobres, mulheres, crianças, jovens e os desfavorecidos;
6. **Criar e garantir o funcionamento de sistemas aperfeiçoados de informações sanitárias, de seguimento e outros instrumentos que permitem perpetuar os progressos alcançados aos níveis nacional e local** e cooperar com as organizações mundiais e regionais afim de produzir regularmente um relatório nacional sobre o saneamento em África o primeiro do qual será publicado na primeira metade de 2010.
7. **Reconhecer os aspectos do género respeitando ao saneamento e a higiene**, incluindo o envolvimento das mulheres nas questões que as dizem respeito de forma que **a política, as estratégias e as práticas produzem uma abordagem sobre o saneamento e a higiene que seja sensível ao género**;
8. **Reforçar** a capacidade de execução de projectos de saneamento e higiene e apoiar a partilha de conhecimentos;

9. **Apoiar** a liderança do AMCOW no seguimento e aplicação da Declaração de eThekwini e preparar um relatório intercalar até 2010 quando AMCOW acolherá provisoriamente um evento de seguimento de AfricaSan;
10. **Remeter à União Africana as mensagens, resultadas e compromissos assumidos pela AfricaSan 2008** aquando da Cimeira Presidencial de 2008 para elevar o perfil do saneamento e higiene no continente.

A acrescentar, apelamos

- Aos Bancos de Desenvolvimento, doadores de fundos e ao sector privado para redobrem os seus apoios aos nossos esforços e para fornecerem uma assistência técnica e financeira à promoção do saneamento e higiene e melhorar a coordenação da ajuda ao desenvolvimento em África;
- A União Africana (UA) para apoiar a AfricaSan 2008 e os processos dele emergentes, reconhecer esta Declaração e assumir a liderança e um apoio prático no cumprimento dos compromissos;
- Aos outros actores nacionais e regionais para aproveitarem as oportunidades proporcionadas pelo Ano Internacional do Saneamento 2008, para desenvolver em grande escala as experiências em matéria de saneamento e higiene.

Como prova do reconhecimento do conteúdo deste documento, tornamos pública esta Declaração em 20 de Fevereiro de 2008.

Os Ministros
(Nomes)

Os Observadores
(Nomes)

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2008

Key Issues for the African Union summit on water and sanitation

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/1004>

Downloaded from African Union Common Repository